



Mercado Digital

Patricia Knebel

patricia.knebel@jornaldocomercio.com.br

Confira, diariamente, no blog Mercado Digital, conteúdos sobre tecnologia e inovação. Para acessar, aponte a câmera do seu celular para o QR Code.



jornaldocomercio.com/mercadodigital



Empresas seguem apagando incêndios em cibersegurança

Quase metade das organizações globais (49%) permanecem sem programas de segurança cibernética e de Tecnologia Operacional (OT), ou com apenas um programa básico, sem planos, procedimentos ou processos de melhoria de capacidade estabelecidos.

É o que aponta a terceira edição de uma pesquisa realizada pela Control System Cybersecurity Association International (a.k.a (CS)2AI) e a KPMG International. O documento traz insights sobre as atividades de pessoas e organizações responsáveis pelas operações e ativos de serviços centralizados.

“São essas experiências nas linhas de frente da operação, da proteção e da defesa dos sistemas e dos ativos de Tecnologia Operacional que custam de milhões a bilhões em gastos de capital e interferem nas receitas contínuas e no cotidiano das operações empresariais ao redor do mundo”, alerta o sócio-líder de Cibersegurança e Privacidade da KPMG no Brasil e na América do Sul, Leandro Augusto.

A pesquisa revela que, numa



Escassez de profissionais qualificados é uma das preocupações

tabela em que, quanto maior o nível, mais maduro está o programa de segurança cibernética dos sistemas de controles das organizações, 16% das empresas se declararam no Nível 1, 33% estão no Nível 2, 28% no Nível 3; enquanto somente 17% estão no Nível 4, e apenas 6% declararam estar no Nível 6.

Aproximadamente, metade (49%) das organizações pesquisadas continua a operar nos níveis de maturidade 1 e 2, que na prática

equivale a “apagar incêndios” e fazer a gestão básica. Não houve um grande salto de maturidade observável nos resultados da pesquisa.

“Um fator que possivelmente impediu o avanço é a escassez de profissionais qualificados, mesmo com a disponibilidade de soluções tecnológicas. Este já é um desafio antigo para a aplicação de segurança nesses ambientes explica o sócio de Cibersegurança e Privacidade da KPMG no Brasil, Rodrigo Milo.

Winnin cria solução para mensurar share de atenção em vídeos

A Winnin, uma IA que analisa o comportamento de vídeos nas principais plataformas digitais e compreende os interesses das pessoas, está lançando uma solução de análise de share de atenção em vídeos. O sistema identifica e avalia o quanto os conteúdos estão sendo consumidos, seja em canais próprios ou gerados pelos usuários.

O serviço permite o estudo, de forma atualizada, da evolução de uma estratégia de marketing para que seja reavaliada e mudanças aconteçam ainda com a ação em movimento. A ideia é trazer uma nova forma de avaliar a relevância da marca frente os consumidores em contextos específicos e medir quais empresas estão dominando a atenção das pessoas.

De modo geral, a solução permite aos usuários entenderem o share de atenção próprio e de concorrentes, assim como o posicionamento de forma dinâmica, e em diferentes cenários, além de identificar a performance dos canais da marca e orgânicos (UGC).

O cofundador e CEO na Winnin, Gian Martinez, diz que, antes da funcionalidade da Winnin, as áreas de marketing e os CMOs avaliavam o alcance, acertos e erros de uma ação, otimizando apenas a distribuição, sem entender

como seria possível reformular a proposta inicial. Com isso, as marcas corriam o risco de investir onde não havia o engajamento real do público.

“Criamos uma solução que proporcionará aos negócios mais assertividade em suas estratégias. Essa métrica mede atenção por meio de dados de comportamento, que garante um real entendimento do engajamento, diferente de pesquisas e mensurações tradicionais, que muitas vezes são enviesadas, dando mais segurança de que os resultados da ação serão consistentes”, avalia.



Maritz diz que solução dará mais assertividade aos negócios

Senado adia votação do relatório sobre IA

A votação do relatório sobre Inteligência Artificial (IA), prevista para acontecer na terça-feira passada, foi adiada pelo Senado. Além disso, ficou decidido que serão realizadas mais cinco audiências.

O relator da Comissão Temporária sobre Inteligência Artificial no Brasil, senador Eduardo Gomes (PL-TO), apresentou seu texto so-

bre a proposta (PL 2.338/2023) com contribuições de outros nove projetos, além das sugestões feitas pelos senadores.

Questões como proteção de dados, proteção ao trabalho e até armas letais autônomas foram incluídos no relatório de Eduardo Gomes (PL-TO), apresentado pelo parlamentar à Comissão sobre Inteligência Artificial (CTIA).

Gomes apresentou um substitutivo ao projeto de lei (PL 2.338/2023), do senador Rodrigo Pacheco, presidente do Senado. A proposta, que está em análise na comissão, incorporou vários temas de outros nove projetos tramitando em conjunto, que o relator considerou prejudicados.

Segundo ele, o substitutivo acompanhou tendências regulatórias adotadas durante a discussão sobre o tema no Reino Unido e nos Estados Unidos. Segundo ele, esses países promovem uma cooperação entre autoridades setoriais, com um equilíbrio para promover a livre iniciativa e a livre concorrência.

“Foram incorporadas ao texto novas regras de proteção ao trabalho e aos trabalhadores, organizadas em seção específica, na qual é determinada a adoção de medidas para mitigar os impactos negativos e potencializar os positivos da inteligência artificial”, explica o presidente da CTIA, senador Carlos Viana (Podemos-MG).

Patricia Peck, CEO do Peck Advogados e membro do Data Protection Authority (CNPd) do Brasil, comenta que entre os principais temas abordados nos projetos estão a definição de princípios éticos para IA, a criação de uma Política Nacional de Inteligência Artificial, a regulação do uso de IA em áreas como publicidade e justiça, além de mecanismos de governança e responsabilização. “Acreditamos que, de forma bem estruturada e planejada, o Brasil já detém os requisitos para ser líder mundial em pessoas e bases de dados para treinar IA, o que permitirá geração de muitas oportunidades”, pontua a especialista.



Para Patricia, País tem requisitos para ser líder em treinamento da IA



CENTRO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ELEIÇÃO – RERRATIFICAÇÃO DE EDITAL

Em virtude da calamidade decorrente dos eventos climáticos enfrentados pelo Estado, que atingiram a sede da entidade, **RETIFICAM-SE** os termos do edital de convocação para a Assembleia Geral Eleitoral, publicado no Jornal do Comércio do dia 10 de junho de 2024, página 5, para que conste: **a)** que a eleição irá ocorrer no dia 25 de junho de 2024, em primeira convocação às 11 horas, com a maioria absoluta de suas associadas em condições de exercer o direito de voto; ou, não atingindo esse quórum, em segunda convocação, às 11h30, com qualquer número de associados votantes presentes, encerrando às 14 horas; **b)** a eleição irá ocorrer de forma híbrida, isto é, o exercício de voto será realizado de maneira presencial (na Associação Leopoldina Juvenil - Rua Marquês do Herval, 280 - Moinhos de Vento, nesta capital), ou remoto. Em ambos os casos, será utilizado sistema eletrônico de votação, através de conexão segura, conforme permite o artigo 39, “f”, do Estatuto Social; **c)** a plataforma eletrônica será o Sistema Eletrônico de Votação para a Indústria – SEVI. Os eleitores credenciados receberão as informações sobre a utilização do Sistema, orientações e login e senha, via e-mail. Será disponibilizado um canal de comunicação com os eleitores para esclarecimentos de dúvidas e manifestações, o qual será informado, até três dias antes da eleição, também via e-mail. No mais, ratificamos os termos do edital publicado no dia 10 de junho de 2024.

Porto Alegre, 20 de junho de 2024.

Gilberto Porcello Petry
Presidente